



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO NOVEMBRO 2014

O presente demonstrativo é parte da política de transparência da gestão dos recursos previdenciários, bem como outros que se encontram a disposição dos segurados, em atendimento a Portaria do Ministério da Previdência Social nº 440/13.

FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Criado pela Lei Complementar Estadual nº 412 de junho de 2008, os recursos financeiros do Fundo Previdenciário encontram-se, em sua totalidade, alocados nos fundos de Investimento do Banco do Brasil, por força de contrato entre o governo do Estado de Santa Catarina e aquela instituição financeira.

META ATUARIAL

A Meta Atuarial estabelecida com base no Relatório Atuarial, que analisa o comportamento da massa de assegurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos riscos e expectativas econômicas, levando também em consideração as tábuas de mortalidade publicadas pelo IBGE foi estabelecida para o exercício em **5,75% + a variação do IPCA.**

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que sinaliza as expectativas econômicas, do mercado financeiro, dos agentes financeiros e da equipe de gestão do IPREV/SC, e estabelece os limites das aplicações dentro das modalidades permitidas, em conformidade com as normas contidas na **Resolução 3922/10 do Conselho Monetário Nacional.**

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Composto por servidores do órgão gestor, e responsáveis pela deliberação das alocações dos recursos, nos fundos de investimento disponíveis no mercado, observados os limites legais e da política de investimentos.

IMA

O Índice de Mercado ANBIMA (IMA) é uma família de índices que representa a evolução, a preços de mercado, de uma carteira teórica de títulos públicos que são utilizados como benchmark para o segmento renda fixa.

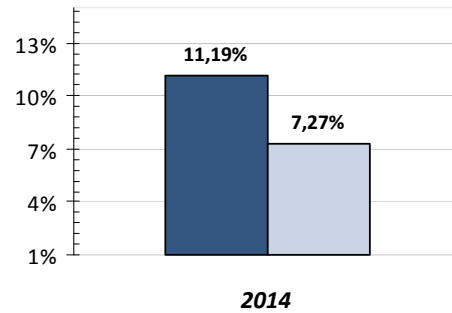
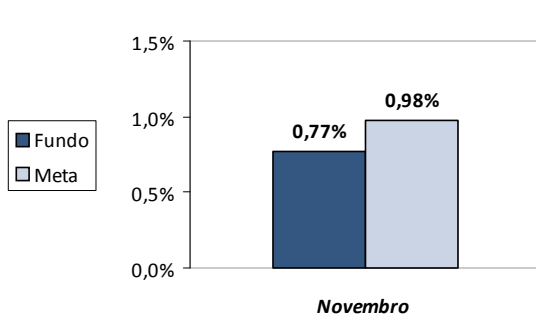


ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Rentabilidade

Novembro	
Fundo	Meta
0,77%	0,98%

2014	
Fundo	Meta
11,19%	11,14%

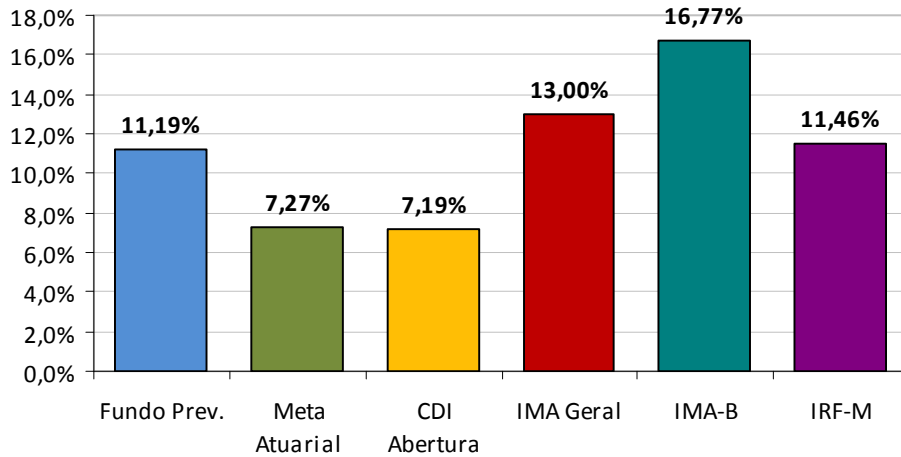


Os investimentos do IPREV obtiveram durante o mês de Novembro de 2014 um rendimento da ordem de 0,77%, em relação a meta atuarial de 0,98%. Já para o ano de 2014 indicou um resultado de 11,19% contra uma meta de 7,27%. O resultado é atribuído pela carteira de investimento composta pelos fundos de investimentos atrelados aos seguintes indicadores:

FUNDO	TOTAL	%
BB PREVID RF IRF-M	20.359.837,45	4,35%
BB PREVID IMA-B TP	-	-
BB Previd TP IPCA II	44.175.687,82	9,44%
BB Previd RF IRF-M1	234.639.466,32	50,16%
BB Previd RF IMAB 5+	-	-
BB PREVID RF IDKA 2	25.384.364,61	5,43%
BB Prev IMA Geral Ex	313.455,83	0,07%
BB APLIC POS SELIC	50.190.027,18	10,73%
BB Previd RF IMA-B5	43.497.781,06	9,30%
BB Comercial 17	-	-
BB Previd RF Fluxo	92.689,71	0,02%
BB Previd RF Perfil	2.276,10	0,00%
BB PREV TP IPCA	33.531.934,62	7,17%
BB RPPS RF IPCA II	3.508.259,01	0,75%
BB RPPS RF IPCA III	12.093.611,51	2,59%
TOTAL	467.789.391,22	100,00%
FUNDO PREVIDENCIÁRIO	467.789.391,22	85,52%
FUNDO FINANCEIRO (Regime de Caixa) APLICADO INTEGRALMENTE EM CDI, TOMANDO OS LIMITES DA RESOLUÇÃO 3.922/10.	72.064.427,38	13,17%



Indicadores 2014



O Certificado de Depósito Bancário (CDI) registrou variação de 7,19% no ano de 2014. Os CDI's são os títulos de emissão das instituições financeiras, que precificam as operações do mercado interbancário.

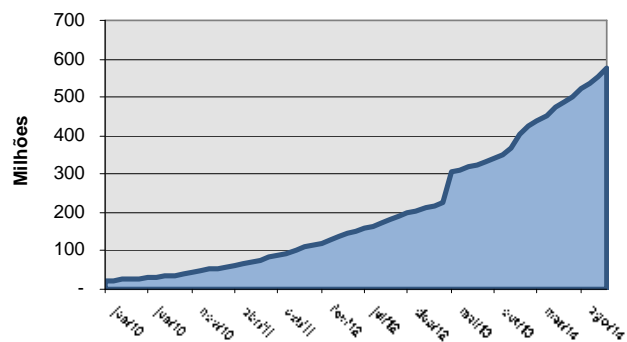
Já o IMA Geral assinalou variação de 13,00%, enquanto o IMA-B variou 16,77% no ano atual. O IMA-B possui rentabilidade calculada pela variação das NTN's com vencimento em até 5 anos.

Por fim, o IRF-M, também subíndice da família IMA que expressa o retorno dos ativos prefixados (LTNs e NTN's), assinalou variação de 11,46%.

A seguir temos a evolução do patrimônio do Fundo Previdenciário até Novembro de 2014, contendo na tabela os valores dos últimos 12 meses. A partir do mês de Maio de 2013 foram incluídos os imóveis no demonstrativo.

Evolução Patrimonial 2013/2014 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Período	Valor
dez/13	R\$ 367.978.826,63
jan/14	R\$ 405.169.985,15
fev/14	R\$ 425.243.711,60
mar/14	R\$ 437.988.213,14
abr/14	R\$ 453.767.925,40
mai/14	R\$ 473.311.477,27
jun/14	R\$ 485.855.689,13
jul/14	R\$ 501.019.569,83
ago/14	R\$ 523.454.999,34
set/14	R\$ 538.239.238,93
out/14	R\$ 555.444.030,43
nov/14	R\$ 575.493.812,50





O patrimônio total do fundo previdenciário (F.P) é formado pela contribuição obrigatória dos segurados, pelos valores recebidos na locação dos imóveis e o rendimento das aplicações financeiras.

Formação do Patrimônio

Período	Contribuição		Renda Imobiliária	Renda Mobiliária		TOTAL
	Servidor	Patronal		Carteira	Dividendos	
jan/14	4.585.717,78	4.575.831,72	24.140,53	560.555,22	-	9.746.245,25
fev/14	4.957.612,33	4.959.152,13	61.051,04	10.110.420,18	470,59	20.088.706,27
mar/14	5.215.302,92	5.208.533,04	97.808,84	2.230.494,11	1.120,56	12.753.259,47
abr/14	5.334.953,37	5.332.451,70	80.975,82	5.604.631,38	-	16.353.012,27
mai/14	5.520.130,63	5.507.578,56	84.039,56	9.295.473,33	289,21	20.407.511,29
jun/14	5.563.522,27	5.537.886,92	62.536,12	2.001.729,37	1.143,43	13.166.818,11
jul/14	5.760.915,42	5.773.047,92	271.792,12	3.683.222,16	0,00	15.488.977,62
ago/14	6.200.052,46	6.195.170,50	60.592,12	10.305.181,52	280,53	22.761.277,13
set/14	6.441.812,98	6.432.894,10	152.576,12	2.092.276,06	1.198,35	15.120.757,61
out/14	6.458.050,43	6.445.563,69	182.128,12	4.157.200,94	0,00	17.242.943,18
nov/14	7.850.470,02	7.838.346,10	82.176,12	4.216.894,82	198,41	19.988.085,47
Total 2014	63.888.540,61	63.806.456,38	1.159.816,51	54.258.079,09	4.701,08	183.117.593,67

Fonte: SIGEF/SC Novembro 2014

No ano de 2014 ingressou no fundo previdenciário um total de R\$ 183 milhões, perfazendo um patrimônio total do F.P. de R\$ 575 milhões.

Análise Macroeconômica¹

Os sinais da recuperação da economia americana são cada vez mais inequívocos. A criação de 321 mil novas vagas de empregos no mês de novembro – muito acima da expectativa de mercado de 225 mil novas vagas – foi uma surpresa extremamente positiva. O Livro Bege retratou a atividade em crescimento, e o mercado de trabalho com trajetória ascendente em diversos setores e distritos americanos. Apesar disso, permanece a questão do crescimento dos salários, ainda relativamente baixo, e a inflação (também relativamente baixa) começa a ensejar algum grau de preocupação. A queda do preço internacional do petróleo deverá ter pelo menos dois importantes efeitos sobre a economia americana. Em primeiro lugar, a inflação tende a diminuir ainda mais no curto prazo. Por outro lado, as famílias americanas terão menos gastos com combustíveis e poderão utilizar estes recursos em consumo de outros produtos, o que será muito positivo para a atividade.

¹ A ANÁLISE MACROECONOMICA é fornecida pela Somma Investimentos, consultoria contratada pelo IPREV.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Permanecemos com nossa expectativa de que os juros nos Estados Unidos serão elevados no final do segundo trimestre de 2015, em maio ou junho, como consequência dos resultados melhores do mercado de trabalho – entre eles, certamente, dos salários se aquecendo. Acreditamos que os juros serão elevados mesmo em um cenário de tendência de desaceleração da inflação, dado que a inflação menor apresentará mais características benignas do que malignas para a economia americana, além de haver clara intenção do Fed em deixar a taxa de juro real positiva.

Na Zona do Euro, a tendência da ação da política monetária permanece inversa à dos Estados Unidos. O Banco Central Europeu, por meio de seu presidente, permanece demonstrando intenção muito forte de realizar um afrouxamento monetário por meio de compras de títulos. A discussão ainda é se tais títulos a serem comprados deveriam ser títulos públicos ou títulos privados – dado que a compra de títulos públicos por parte do Banco Central Europeu poderia ser entendida como financiamento do BCE aos governos locais.

A situação na região permanece com indícios de riscos para a atividade: a previsão de crescimento do PIB foi reduzida de 0,9% para 0,8% neste ano, enquanto a projeção de 2015 caiu de 1,6% para 1,00% e a de 2016 caiu de 1,90% para 1,50%. Para a inflação, a perspectiva continua sendo de permanência abaixo da meta estipulada pelo Banco Central Europeu pelos próximos dois anos. Assim, nossa expectativa para a Zona do Euro é de que uma nova rodada de afrouxamento monetário ocorra no início de 2015. Continuamos acreditando que o euro tende a se depreciar – isto é, a ficar mais barato.

Na Ásia, o Banco Popular da China reduziu a taxa básica de juros de 6% a.a. para 5,6% a.a, com o claro objetivo de estimular o crescimento econômico. Além disso, a inflação se reduziu de 1,6% para 1,4%, o que abre espaço para que mais reduções sejam feitas sobre a taxa de juros chinesa, primeiramente com o objetivo de manter a taxa de juro real estável, e, em seguida, de reduzi-la para, mais uma vez, estimular a economia. A questão, na China, é que sua moeda permanece artificialmente depreciada, o que é excelente para as exportações, mas impede que a dinâmica do país se volte para dentro – em outras palavras, não propicia uma mudança da composição de sua produção para itens que seriam consumidos internamente, como serviços. Além disso, é importante manter a cautela sobre o setor bancário, que poderá trazer sustos ao longo do próximo ano.

Aqui no Brasil, o anúncio de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda e Nelson Barbosa para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi, certamente, o fato mais importante do mês. A sinalização, ao menos por enquanto, parece ser de que a política econômica a ser adotada em 2015 (em alguma medida, que foi iniciada neste final de ano) terá um cunho mais ortodoxo do que a política realizada ao longo do primeiro mandato do governo Dilma.

Houve um contraste muito relevante entre a escolha da nova equipe e o pedido de mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias, feito pela atual Ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Resumidamente, a proposta é de que os gastos do PAC possam ser descontados das despesas do governo, e que as receitas não recebidas pelo governo devido às desonerações tributárias possam ser somadas às receitas auferidas pelo governo, como se a desoneração não tivesse ocorrido. Na prática, a mudança da LDO de 2014 abriu espaço para que o Governo atinja qualquer resultado de suas contas fiscais, mas afirme que atingiu a meta de superávit primário.

Entretanto, acreditamos que se a nova equipe econômica tiver espaço para trabalhar, o cenário torne-se mais animador e as perspectivas para o Brasil mais positivas, ainda que de forma gradual. Joaquim Levy anunciou que o superávit primário de 2015 será de 1,2% do PIB, o que já será muito melhor do que o realizado neste ano (anúncio de 1,9% do PIB e resultado negativo), e para 2016 e 2017 o superávit projetado atualmente é de 1,7% do PIB. O



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

atingimento deste superávit, todavia, não será realizado via corte de gastos, mas, sim, via aumento de receitas – isto é, teremos mais impostos e contribuições a pagar ao longo do próximo ano. Já é praticamente certo que a alíquota de IPI dos automóveis deverá retornar ao patamar pré-isenção, e há grande possibilidade do aumento de imposto sobre produtos importados, da volta da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre os combustíveis e da volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras).

Desta forma, do ponto de vista fiscal, o cenário prospectivo é desafiador, mas positivo. Do ponto de vista monetário, temos um cenário de elevação da meta da Taxa Selic. No início de dezembro, o Copom elevou a taxa em 0,50 p.p, em linha com nossa expectativa e, em nossa opinião, sinalizou no comunicado pós-reunião e na Ata, que alterará o passo do ciclo para uma elevação de 0,25 p.p. na reunião de janeiro, colocando a Selic em 12% a.a. Não descartamos a hipótese de o BC elevar a Selic mais uma vez na reunião de março – entretanto, acreditamos que isso seja improvável. A Ata demonstrou uma confiança bastante importante do Copom nas palavras de Joaquim Levy, de que realizará um ajuste fiscal, e de que as concessões de subsídios ao crédito serão reduzidas.

Por fim, acreditamos que neste ano a inflação oficial do Brasil terminará abaixo do teto da meta (de 6,5%), provavelmente em 6,35%, e que o resultado do crescimento da atividade econômica será muito próximo de zero.